## ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCEDIMENTO N.º XX/2018

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de digitalização, leitura de dados e elaboração de relatórios gerenciais, referente à realização da prova discursiva do XLVIII do Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul realizada no ano anterior, em consonância com o disposto neste contrato e na proposta da CONTRATADA, que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA
Procedimento nº 01194.000.001/2018 — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela digitalização, leitura de

dados e elaboração de relatório gerencial dos cadernos da prova discursiva, de acordo

com as especificações do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1 A data da digitalização dos cadernos de prova será informada à

CONTRATADA com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

3.2 A CONTRATADA deverá dispor de todos os recursos necessários para a

execução das atividades especificadas no Termo de Referência, não sendo admitida a

contratação de terceiros.

3.3 A CONTRATADA deve garantir a segurança e o sigilo do material e das

informações produzidas em decorrência do concurso público, sob pena de penalização.

3.4 As imagens digitalizadas, bem como relatório gerencial deverão ser

entregues em CD/DVD/HD/Pendrive, ficando a cargo da CONTRATADA o fornecimento

deste material.

3.5 No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a digitalização das provas, a

CONTRATADA deverá entregar o relatório gerencial de acordo com o Termo de

Referência.

3.6 O recebimento definitivo do serviço se dará no prazo de 20 (vinte) dias após

a entrega do relatório gerencial, depois de comprovar a adequação do objeto aos

termos contratuais.

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

3.7 Caso o serviço não esteja de acordo com o contratado, a empresa será

notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, solucionar os problemas apontados,

sem prejuízo das penalidades cabíveis.

3.8 A CONTRATADA deverá indicar uma pessoa responsável pela integração de

todos os serviços descritos no presente ajuste, bem como por estabelecer o contato

entre a CONTRATADA e representantes do CONTRATANTE.

3.9 A empresa contratada deverá dispor de todos os recursos necessários para a

execução das atividades especificadas no Termo de Referência, não sendo admitida a

contratação de terceiros, em razão da confidencialidade e sigilo das informações

constantes dos documentos.

3.10 As atividades especificadas no Termo de Referência poderão exigir que a

CONTRATADA as execute fora do horário comercial ou em finais de semana ou em

feriados, conforme necessidade do CONTRATANTE.

3.11 Os serviços devem ser executados de forma reservada, em local em que não

estejam sendo executados outros serviços, com a presença apenas dos funcionários

essenciais para a execução do trabalho e com o acompanhamento de representantes

do CONTRATANTE.

3.12 O CONTRATANTE poderá acompanhar todas as etapas dos serviços, com

um ou mais representantes.

3.13 A CONTRATADA deverá realizar planejamento prévio, com testes e

simulações dos serviços especificados no Termo de Referência deste ajuste.

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

3.14 No caso da empresa não estar situada no município de Porto Alegre/RS, a

digitalização dos cadernos de prova deverá ser realizada nas dependências da Unidade

de Concursos da Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, situada na Rua

General Andrade Neves, nº 106, 14° andar – Centro, Porto Alegre/RS, sem ônus a

CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA ENTREGA

4.1 A data do início execução dos serviços será definida pelo CONTRATANTE e

informada à CONTRATADA, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

4.2 No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a digitalização das provas, a

CONTRATADA deverá entregar as imagens digitalizadas e o relatório gerencial, em CD

/DVD/HD/Pendrive.

4.3 O material produzido deverá ser entregue à Unidade de Concursos da

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Rua Gal. Andrade Neves,

106, 14° andar - Centro - Porto Alegre).

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E PAGAMENTO

5.1 O valor total do presente ajuste é de R\$ .....(......).

5.2 O documento fiscal somente poderá ser apresentado após o recebimento

definitivo do objeto.

5.3 O documento fiscal deverá ser apresentado ao servidor responsável pela

fiscalização do contrato para verificação e atestação dos serviços.

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

5.4 O pagamento dar-se-à no 15° (décimo quinto) dia após a protocolização da

nota fiscal.

5.5 O pagamento será efetuado, por meio de depósito em conta corrente e

todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão

suportadas pela CONTRATADA.

5.6 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor,

devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

5.7 Por ocasião da quitação da fatura, e sempre que o gestor solicitar, a

CONTRATADA deverá apresentar, para permitir a retenção do ISS, se for o caso, os

seguintes documentos:

a) comprovante de cadastro no Município em favor do qual será recolhido o

imposto;

b) legislação tributária do Município onde ocorrer o fato gerador do tributo,

contendo a respectiva alíquota e base de cálculo de ISS;

5.7.1 Caso não seja possível atender ao disposto no item 5.7, por se tratar de

contribuinte imune, isento ou dispensado do recolhimento de ISS, a CONTRATADA

deverá comprovar tal característica especial mediante a apresentação de documento

hábil.

5.8 O preço é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos,

taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

especializada, leis sociais, encargos trabalhistas, seguros, administração, lucros,

equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa

acessória e/ou necessária.

5.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de

liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade

ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que

isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.10 Não haverá reajuste de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Dos Direitos

Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas

condições avençadas e da CONTRATADA, receber o valor ajustado na forma e no prazo

convencionados.

6.2. Das Obrigações

6.2.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidos, desde que

devidamente cumpridas as obrigações, o que deverá ser atestado pelo fiscal do

contrato;

b) fiscalizar a execução do presente contrato e subsidiar a CONTRATADA com as

informações necessárias ao fiel e integral cumprimento das obrigações assumidas;

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

c) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na

execução dos serviços.

6.2.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) prestar os serviços objeto deste contrato na forma ajustada e de acordo com

as especificações e as condições do Termo de Referência e da proposta apresentada;

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

contratação;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias,

fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

d) apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que

comprovem estar cumprindo as exigências da legislação em vigor quanto às obrigações

assumidas;

e) prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo

CONTRATANTE, tomando todas as providências necessárias para o bom andamento do

serviço;

f) relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida que impeça

ou retarde a execução do objeto contratado, efetuando o registro da ocorrência com

todos os dados e circunstâncias julgados necessários a seu esclarecimento;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

h) reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que

se verificarem vícios ou incorreções;

i) manter sigilo quanto aos dados e conteúdo que tiver acesso;

j) garantir a inviolabilidade de todo o material que lhe for entreque, em especial

das provas, enquanto estiverem sob sua guarda;

k) manter atualizado durante toda a vigência contratual a legislação de que trata

a letra "b" do item 5.7 da cláusula quinta do ajuste ou o documento comprobatório de

que trata o item 5.7.1 da cláusula quinta do contrato;

I) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a

terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou

reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo

CONTRATANTE.

m) manter atualizados os seus dados, comunicando imediatamente ao

CONTRATANTE qualquer alteração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao de sua publicação

resumida no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e

perdurará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Na forma do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA, garantida

a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

contrato, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações

assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades

previstas na mencionada Lei.

8.2. Na forma do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, o descumprimento, no

todo ou em parte, das obrigações estabelecidas neste contrato, sujeitará a

CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, mediante

publicação no Diário Eletrônico deste Ministério Público do Estado do Rio Grande do

Sul:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades,

para as quais haja concorrido;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato, sem prejuízo

das demais penalidades legais;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de

contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a Administração

Pública Estadual.

8.3. A multa prevista acima dobrará em caso de reincidência, não podendo

ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da cobrança de

perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da

rescisão contratual.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA
Procedimento nº 01194.000.001/2018 — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

- 9.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, previstos no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93, em caso de rescisão administrativa.
- 9.2. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 9.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstos no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de execução.
- 10.2. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva dos serviços
- 10.3. Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
  - 10.4 É vedada a subcontratação do objeto.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Unidade de Gestão de Contratos do CONTRATANTE, localizada nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, nº 106, Centro, 20° andar, telefone nº (51) 3295 8599, e-mail contratos@mprs.mp.br.

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

11.2 A designação do fiscal do contrato e de seu substituto será determinada por meio de termo de designação, a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica: 3.3.90.39/3910.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato não pagos nas datas aqui previstas deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo IGP-M da FGV, ou por outro que venha a substituí-lo, pro rata die.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Porto Alegre,

Procuradoria-Geral de Justiça, Contratante.

Procedimento nº **01194.000.001/2018** — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços